

PRESIDÊNCIA DO IEPREV

Roberto de Carvalho Santos

EDITOR-GERENTE

José Ricardo Caetano Costa

EDITORES ADJUNTOS

Ana Paula Fernandes

Marco Aurélio Serau Junior

EDITOR EXECUTIVO

Gilmar Gomes de Barros

COORD. DE REL. INSTITUCIONAIS

Helena E. Mizushima Wendhausen

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Fabrício de Matos Gonçalves

Antônio Raimundo Queiroz Júnior

Carlos Alberto Pereira de Castro

Cláudia Salles Vilela Vianna

Claudio Pedrosa Nunes

Cynthia Teixeira Pereira Carneiro Lafetá

Daniela Muradas Reis

Décio Bruno Lopes Denise Pires Fincato

Denise Poiani Delboni

Elisa Teixeira de Faria

Ester Moreno de Vieira Viana

Fábio Zambitte Ibrahim

Fernando Ferreira Calazans

Fulvia Helena de Gioia

Giseli Canton Nicolao Yoshioka

Itiberê de Oliveira Castellano Rodrigues

Ivani Contini Bramante

Jane Lucia Wilhelm Berwanger

João Batista Lazzari

João Batista Optiz Neto

José Antonio Savaris

Juliana Teixeira Esteves

Marcelo Barroso Lima Brito de Campos

Marcus Orione Gonçalves Correia

Maria Helena Carreira Alvim Ribeiro

Océlio de Jesus Carneiro de Moraes Paulo

Paulo Ricardo Opuszka

Raphael Silva Rodrigues

Theodoro Vicente Agostinho

Tuffi Messias Saliba

Valmir César Pozzetti

Ynês da Silva Félix

CONSELHO CONSULTIVO

Alexandre Vicentine Xavier

Ana Maria Isquierdo

Andressa Fracaro Cavalheiro

Claudio Pedrosa Nunes

Denilson Victor Machado Teixeira

Denise Poiani Delboni

Eder Dion de Paula Costa

Flávio Roberto Batista

Gabriela Caramuru Teles

Guilherme Guimarães Feliciano

Hector Cury Soares

Hélio Silvio Ourém Campos

Isabele Bandeira de Moraes D'Angelo

Ivan Simões Garcia

Jacob Chaves Mesquita

João Batista Optiz Júnior

João Rezende Almeida Oliveira

Juliana Toralles dos Santos Braga

Juliane Caravieri Martins

Laura Souza Lima e Brito

Leonardo da Silva Valena

Liane Francisca Hüning Pazinato

Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva

Luiz Gustavo Boiam Pancotti

Luma Cavaleiro de Macêdo Scaff

Márcia Cavalcante de Araújo

Maria Aurea Baroni Cecato

Miguel Horvarth Júnior

Mirian Aparecida Caldas

Nadja Karin Pellejero

Paulo Afonso Brum Vaz

Pedro Augusto Gravatá Nicoli

Raphael Silva Rodrigues

Rodrigo Garcia Schwarz

Sayonara Grillo Coutinho

Vera Maria Correa Queiroz



RBDS	Belo Horizonte	v. 1	n. 2	p. 1-104	2018
------	----------------	------	------	----------	------

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Marcia Rodrigues, CRB
10/1411

R454 Revista Brasileira de Direito Social [recurso eletrônico]: RBDS
/ Instituto de Estudos Previdenciários. – Dados eletrônicos. – Vol. 1,
n. 2 (maio/ago. 2018) - . Belo Horizonte: IEPREV, 2018- .

Modo de acesso: <<http://rbds.ieprev.com.br/rbds/>>.

Quadrimestral.

Título abreviado: R. Bras. Dir. Soc.

Editor: José Ricardo Caetano Costa.

E-ISSN: 2595-7414

1. Direitos sociais. I. Instituto de Estudos Previdenciários.
CDU, 2ª ed.: 349.3

Índice para o catálogo sistemático:

1. Direitos sociais

349.3



SUMÁRIO

<i>Tutela Revogada e Devolução dos Valores</i>	05- 15
<i>Omar Chamon</i>	
<i>Terceirização na Administração Pública: precarização e inaplicabilidade da Lei 13.429/2017</i>	16 - 28
<i>Mônica de Oliveira Casartelli e Eder Dion de Paula Costa</i>	
<i>A Evolução da dignidade da pessoa humana como valor vetor da Previdência Social - Arleide Costa de Oliveira Braga e Karina Costa Braga</i>	29 - 44
<i>Competência para julgar as ações regressivas acidentárias propostas pelo INSS - Sandro Lucena Rosa</i>	45 - 55
<i>Trabalhadores rurais brasileiros e Previdência Social Especial Rural na natureza habitada - Thais Giselle Diniz Santos</i>	56 - 83
<i>Abono de Permanência Retroativo</i>	84 - 90
<i>Diego Wellington Leonel</i>	
<i>A máxima eficiência do estado malfeitor na revisão dos benefícios de prestação continuada da loas: a novel notificação “na boca do caixa” ou pelo caixa eletrônico</i>	91 - 98
<i>Ana Maria Isquierdo e Juliana Toralles Braga</i>	
<i>Normas para publicação</i>	99 - 100



EDITORIAL

Entregamos à comunidade jurídica o segundo número da Revista Brasileira de Direito Social do IEPREV. Inicialmente, agradecemos a todos (as) que acreditaram em nosso projeto, enviando artigos e apostando no sucesso de nossa proposta.

Os temas circundam em torno da Previdência, Assistência Social e trabalho, diante do processo de flexibilização destes direitos.

Certos de que os tempos atuais carecem de reflexão teórica acerca destas searas, especialmente na seguridade social e no direito do trabalho, fizemos uma breve análise de cada um dos artigos que compõem este segundo número.

No primeiro artigo, denominado “Tutela revogada e devolução dos valores”, de autoria de Omar Chamon, é analisada a controvertida questão da necessidade de se devolver os valores recebidos, de boa-fé, em face de revogação de tutela antecipada em processos previdenciários.

No segundo artigo, denominado “Terceirização na administração pública: precarização e inaplicabilidade da Lei n. 13.429/2017”, de Eder Dion de Paula Costa e Mônica de Oliveira Casartelli, os autores propõem uma reflexão sobre a terceirização na Administração Pública e a inaplicabilidade da Lei nº 13.429 de 31 de março de 2017.

No terceiro artigo, intitulado “A evolução da Dignidade da Pessoa Humana como valor vetor da Previdência Social”, de Karina Costa Braga e Arleide Costa de Oliveira Braga, as autoras investigam o princípio da Dignidade da Pessoa Humana, enquanto valor supremo do Estado Democrático do Direito.

No quarto artigo, denominado “Competência para julgar as ações regressivas acidentárias propostas pelo INSS”, de Sandro Lucena Rosa, o autor analisa a ação regressiva interposta proposta pelo INSS para buscar o ressarcimento dos valores expendidos no pagamento de benefícios previdenciários.

No quinto artigo, denominado “Trabalhadores rurais brasileiros e Previdência Social Especial Rural na natureza habitada”, de Thais Giselle Diniz Santos, é analisado o atual contexto da Seguridade Social Rural brasileira, marcado pela PEC n. 287/2016, a fim de vislumbrar o papel do trabalho rural na construção de um metabolismo ser-humano-natureza equilibrado.

No sexto artigo, denominado “Abono de permanência retroativo”, de Diego Wellington Leonel, o autor analisa o abono de permanência, criado com a Emenda Constitucional 20/98 como forma de incentivar o servidor que tivesse completado as exigências para a aposentadoria a continuar no serviço público com o pagamento de uma verba pecuniária correspondente ao valor da contribuição previdenciária.

No último artigo, intitulado “A máxima eficiência do estado malfeitor na revisão dos benefícios de prestação continuada da LOAS”, de Juliana Toralles dos Santos Braga e Ana Maria Isquierdo, as autoras investigam os requisitos de deficiência ou incapacidade duradoura e da condição de necessidade/pobreza, utilizados como parâmetro para a concessão do BPC assistencial, bem como o procedimento trazido pelo Decreto n. 9.462, de 8 de agosto de 2018, que instituiu uma nova e estranha modalidade de intimação dos segurados: por via bancária ou eletrônica, quando do recebimento dos benefícios.

Desejamos a todos(as) uma ótima leitura e reflexão.

José Ricardo Caetano Costa
Marco Aurélio Serau Jr.
Ana Paula Fernandes

(Editores)